

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 3.955, DE 2004

Concede benefícios fiscais, no imposto de renda e no imposto sobre produtos industrializados, à empresa que instalar equipamentos antipoluentes.

Autor: Deputado José Santana de Vasconcellos

Relator: Deputado Renato Casagrande

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.955, de 2004, de autoria do Deputado José Santana de Vasconcellos, estabelece, em seu art. 1º, que as empresas industriais e agroindustriais poderão deduzir, em dobro, os gastos realizados com a aquisição e instalação de equipamentos destinados a evitar a poluição industrial.

A dedução a que o artigo se refere não deverá exceder, em cada exercício financeiro, a 15% (quinze por cento) do lucro tributável, podendo, no entanto, as despesas não deduzidas no exercício financeiro correspondente, ser transferidas aos dois exercícios subseqüentes, conforme define o § 2º do art. 1º.

O art. 2º, por sua vez, isenta do imposto sobre produtos industrializados (IPI) as máquinas, equipamentos e aparelhos antipoluentes, incluídas suas partes, peças e acessórios adquiridos por empresas, desde que destinados ao uso direto em suas unidades de produção. É, no entanto, assegurada a utilização do crédito do IPI, relacionado a matérias-primas,

produtos intermediários e material de embalagem utilizados na fabricação dos produtos antipoluentes de que trata o artigo, segundo estabelece seu § 1º.

Ainda o § 2º do art. 2º determina que a isenção deverá ser declarada pela autoridade tributária competente, após comprovação da natureza do bem e da finalidade a que se destina e após a prévia aprovação, pelo órgão de meio ambiente do Poder Executivo, do projeto de controle de poluição, apresentado pela empresa.

Já o art. 3º estabelece que a renúncia anual de receita, resultante do disposto nesta Lei, deverá ser apurada pelo Poder Executivo, mediante projeção de renúncia efetiva verificada no primeiro semestre. O parágrafo único do citado artigo assegura que, para atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o montante anual da renúncia de receita, a ser apurado em cada mês de setembro, deverá ser custeado por fontes financiadoras da reserva de contingência, exceto se verificado excesso de arrecadação em relação à previsão de receitas para o mesmo período, deduzido o valor da renúncia.

Afirma o autor, em sua justificção, que, “ao argumento de que o Estado estaria perdendo receita ao conceder os benefícios listados no Projeto de Lei, pode-se contrapor o fato de que a recuperaço do meio ambiente é ainda muito mais onerosa” e cita, como exemplo, que “o custo para a recuperaço de uma área florestal pode chegar aos seis mil dólares por hectare”.

Dessa forma, complementa o ilustre Deputado, “incentivar as empresas a adotarem mecanismos de proteço ambiental inverte essa abordagem. A partir do momento em que não há degradaço, inexistente a necessidade de destinaço de enormes recursos públicos e a renúncia fiscal acaba sendo uma perda menor ao Erário.”

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposiço em análise.

É o relatório.

|

II - VOTO DO RELATOR

O instrumento proposto não somente estimula a adoção, pelas empresas, de processos produtivos limpos, auxiliando-as em sua inserção no competitivo mercado mundial, que cada vez mais exige boa conduta ambiental das empresas exportadoras (por meio da dedução no imposto de renda), mas também vem estimular o mercado de produtos e tecnologias limpas (isenção de IPI), cujo crescimento é imprescindível para a promoção, de fato, do desenvolvimento sustentável, uma vez que poupam o ambiente de mais destruição, ao tempo em que fomentam o progresso econômico e criam empregos, atendendo também aos anseios de desenvolvimento social dos países emergentes.

No caso do Brasil, somos reconhecidos, internacionalmente, como país de enorme potencial ambiental, sendo, portanto, coerente e oportuno que mostremos, cada vez mais, um perfil empresarial de marcante e pró-ativa responsabilidade ambiental.

O Japão e a Alemanha há algum tempo já proclamaram que produtos novos e mais eficientes, que minimizam o impacto da produção sobre o meio ambiente, representam, hoje, um dos mais promissores mercados na história dos negócios mundiais.

As inovações, em produtos e procedimentos, têm sido consideradas os verdadeiros tesouros atuais para oportunidades de inserção e crescimento no mercado mundial. Algumas nações, mesmo há muito industrializadas e bastante experientes, pagaram um preço alto por não perceberem o momento de guinadas e de necessária adoção de inovações.

Importa aqui lembrar que no final da década de 1960, a maioria dos líderes da indústria norte-americana considerava que o mercado, como estava, já havia atingido o nível possível de qualidade dos produtos e que não seria possível obter qualquer melhoria significativa de qualidade, sem a perda de produtividade, lucro e empregos. Foi então que renomados especialistas americanos em melhoria de qualidade e produtividade, não conseguindo conquistar público em seu próprio país, levaram suas idéias para o Japão. As empresas japonesas logo provaram que as premissas norte-

americanas estavam erradas. Ao reprojetar todo o processo de produção, conseguiram índices incrivelmente mais elevados de qualidade, produtividade e lucratividade, todos ao mesmo tempo, o que ficou conhecido como revolução da qualidade. Dessa forma, perderam os EUA a posição de liderança em dezenas de setores, como televisores, semicondutores e aço.

Alguns especialistas prevêm, hoje, a possibilidade de uma nova série de conquistas semelhantes, que viriam constituir a revolução ambiental, e que muitos dos mesmos empresários americanos estariam cometendo o mesmo erro ao supor que as melhorias ambientais não são justificáveis economicamente e que é preciso escolher entre empregos e meio ambiente.

Muitas empresas japonesas e européias, ao contrário, estão novamente procurando meios de reprojetar todo o processo de produção, desta vez tendo em vista eliminar, em cada etapa, a poluição desnecessária. O que se tem descoberto é que resíduo em forma de poluição é também resíduo econômico. Com a eliminação de ineficiências que geram poluição, tem sido possível aumentar, segundo inúmeras experiências, produtividade e lucratividade.

Do ponto de vista da política ambiental brasileira, importa ressaltar que muitas análises já apontaram a necessidade de superação de uma política pautada apenas no comando e controle. O País precisa, com urgência, estabelecer instrumentos econômicos que conduzam a produção nacional a um cenário de sustentabilidade, tendo em vista melhor aproveitar as vocações de cada região, promovendo o uso racional de seus bens naturais, bem como garantir a segurança e a permanência de nossa maior vantagem competitiva, qual seja, o fato de possuímos recursos ambientais estratégicos para a continuidade da civilização (terras agricultáveis, recursos hídricos, florestas e biodiversidade).

O projeto de lei em análise vem ao encontro desses objetivos, por constituir-se instrumento econômico de incentivo à produção limpa. A iniciativa encaixa-se também, perfeitamente, como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, define:

“Art. 9º São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I -;

.....

V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

.....

XII -”

Há que se ter o cuidado, no entanto, de não privilegiar empresas que venham reiteradamente descumprindo a legislação ambiental, uma vez que a prevenção à poluição está prevista desde que a Lei nº 6.938, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, foi, em 1981, promulgada.

Determina o citado texto legal:

“Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis”.

Tendo em vista efetuar este e outros ajustes, buscando nada mais que o aperfeiçoamento do projeto de lei, propomos:

1 – Alterar o conceito de poluição ambiental, constante do § 1º do art. 1º, tornando-o mais amplo e harmonizando-o com o conceito já definido na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Estabelece a citada Lei:

“Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - **poluição**, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;”

A Emenda Modificativa nº 1 trata de efetivar essa mudança de abordagem.

2 – Incluir, no texto, a necessidade de publicação periódica, pelo órgão ambiental, da lista de itens sujeitos aos incentivos fiscais, que possa orientar a autoridade tributária em cada concessão solicitada.

Tendo em vista impedir a utilização demasiada e imprópria dos itens sujeitos à isenção fiscal, o órgão ambiental deverá publicar, periodicamente, a lista de itens, de acordo com uma prévia avaliação de sugestões feitas pelas empresas. Assim, fica assegurada à sociedade que os componentes agraciados com a isenção diminuem, de fato, o impacto ambiental das atividades produtivas a eles relacionados.

Tal proposta é exatamente o conteúdo da Emenda Aditiva nº 1, que segue anexa.

3 – Incluir dispositivo que impeça as empresas autuadas ou que respondam judicialmente por infração à legislação ambiental de receberem os incentivos previstos no Projeto de Lei.

Entendemos não ser adequado que a futura Lei beneficie empresas que venham desrespeitando a legislação ambiental, em prejuízo

daquelas que a vem cumprindo, independentemente de incentivos fiscais concedidos.

Trata, a Emenda Aditiva nº 2, de fazer essa previsão.

Feitas essas considerações e propostos os ajustes que, ao nosso ver, aperfeiçoam ainda mais o Projeto de Lei nº 3.955, de 2004, somos por sua aprovação, acatadas as emendas que seguem anexas.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Renato Casagrande
Relator

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 3.955, DE 2004

Concede benefícios fiscais, no imposto de renda e no imposto sobre produtos industrializados, à empresa que instalar equipamentos antipoluentes.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Dê-se ao § 1º do art. 1º do projeto a seguinte redação:

"§ 1º Para os efeitos desta Lei, o conceito de poluição é o definido no art. 3º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências."

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Renato Casagrande

COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 3.955, DE 2004

Concede benefícios fiscais, no imposto de renda e no imposto sobre produtos industrializados, à empresa que instalar equipamentos antipoluentes.

EMENDA ADITIVA Nº 1

Acrescente-se ao Projeto de Lei o seguinte Art. 3ºA:

"Art. 3ºA O órgão de Meio Ambiente do Poder Executivo deverá publicar, periodicamente, a lista de itens sujeitos aos incentivos fiscais determinados nesta Lei, de forma a orientar a autoridade tributária em cada concessão solicitada.

Parágrafo único. A lista de que trata o caput deverá receber contribuição prévia das empresas, representadas por suas entidades, de acordo com prazos e procedimentos estabelecidos em regulamento. "

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Renato Casagrande

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 3.955, DE 2004

Concede benefícios fiscais, no imposto de renda e no imposto sobre produtos industrializados, à empresa que instalar equipamentos antipoluentes.

EMENDA ADITIVA Nº 2

Acrescente-se ao Projeto de Lei o art. 3ºB:

"Art. 3ºB As empresas autuadas ou que respondam judicialmente por infração à legislação ambiental estão impedidas de receberem os incentivos previstos nesta Lei até que decorra o prazo de 10 anos após a última quitação de pendências junto ao Poder Judiciário e ao órgão de meio ambiente do Poder Executivo."

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Renato Casagrande